

11580 - Inserção da agricultura familiar sustentável no PNAE: o caso da COOPAPI, Apodi-RN

Insertion of the family farm in PNAE sustainable: the case of COOPAPI, Apodi-RN

TORRES, Fátima de Lima¹; TORRES, Antonio Caubí Marcolino²; SOBRINHO, Francisco Barbosa³; DIAS, Thiago Ferreira⁴; NUNES, Emanoel Márcio⁵.

1 UERN, fatmalima@hotmail.com; 2 UERN, caubitorres@hotmail.com; 3 UERN, f.b.lucena@hotmail.br; 4 UFERSA, thiagodias@ufersa.edu.br; 5 UERN, emanoelnunes@uern.br.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) na comercialização agroecológica através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como metodologia utilizou-se o estudo de caso com a análise de dados das operações via PNAE, realizadas pela COOPAPI entre 2010 e 2011. O PNAE é um instrumento de política pública criado em 2009 com a Lei nº 11.947 a qual determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira fosse investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. O PNAE é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual vem intensificando nos últimos anos ações para a agricultura familiar por meio de programas governamentais que incentivam a transição de sistemas convencionais para sistemas agroecológicos, seja na produção ou na comercialização. Os resultados obtidos são positivos para agricultura familiar, pois houve a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas presentes na alimentação escolar.

Palavras-Chave: Política Pública; Agroecologia; Comercialização.

Abstract:

The objective of this study is to analyze the experience of the Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) in agroecological marketing through the National School Feeding (PNAE). The methodology used the case study with data analysis from the PNAE operations, carried out by COOPAPI between 2010 and 2011. PNAE is a Brazilian instrument of public policy created in 2009 by the Law No. 11,947, which determined that at least 30% of the amount allocated to school feeding system be invested in purchasing products directly from family farmers. PNAE is managed by the Ministry of Agrarian Development (MDA), which has intensified in recent years for family farming activities through government programs that support transition from conventional system to agroecosystems, either in production or marketing. The results are positive to the family farming, as there was improvement in the quality of these agricultural products in school meals.

Key Words: Public Policy; Agroecology; Marketing.

Introdução

Dentro das práticas sustentáveis de produção sustentável destaca-se a Agroecologia, como forma de manejo de agroecossistemas, que tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de produção rural que incorpore princípios e tecnologias de base ecológica. Porém, trata-se de um processo social que implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades

biofísicas de cada agroecossistema, mas também num desafio que exige mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, para uma análise da agricultura familiar praticada pelos cooperados da COOPAPI levantam-se as questões: como os princípios da agroecologia se manifestam nas práticas de produção, e definem a dinâmica de sustentabilidade da COOPAPI e sua articulação com o PNAE? A hipótese é a de que a dinâmica da agroecologia desempenhada pelos agricultores familiares associados a COOPAPI tem construído processos internos de agricultura sustentável respeitando os princípios da agroecologia. E o resultado é a agregação de valor e a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas presentes na alimentação escolar.

Considerando a relevância da temática da agroecologia e da busca pela superação de desafios por parte da agricultura familiar, este trabalho tem como o compreender a experiência da COOPAPI na comercialização agroecológica através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI), com sede em Apodi, no estado do Rio Grande do Norte, fundada em 04 de abril de 2004, com o objetivo de impulsionar a comercialização de mel, derivados apícolas e produtos da Agricultura Familiar, como também incentivar na capacitação tecnológica dos cooperados, visando uma melhoria no manejo e uma agregação de valor aos produtos apícolas da região. Atualmente, conta com 219 cooperados em 8 (oito) municípios do Rio Grande do Norte: Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Lages, Pau dos Ferros, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Umarizal.

A produção ocorre de duas formas: a) produção agroecológica utilizando práticas de manejo sustentável, controle biológico de pragas e utilização de consórcio para a produção sem certificação; b) outro grupo como o da castanha com a utilização da certificação orgânica das propriedades.

Neste último há unidades de beneficiamento trabalhando a certificação através do Sistema de Controle, realizado pelos próprios agricultores e seus filhos, no qual a equipe local realiza os registros das propriedades, descreve práticas, realiza capacitação dos agricultores envolvidos com o objetivo de garantir acompanhamento técnico permanente. Quanto a avaliação de conformidades, realiza-se através do processo de inspeção. Após todo este processo o órgão externo de certificação, neste caso o Instituto Biodinâmico (IBD), realiza conferência e emite o Certificado de Conformidade com a Lei dos Orgânicos.

Metodologia

Para se proceder com a execução deste trabalho, pautou-se no estudo de caso utilizando o método qualitativo, este por se apresentar essencialmente descritivo. Foram utilizados dados e documentos disponibilizados pela COOPAPI, bem como entrevistas não estruturadas com parte da equipe gestora da Cooperativa. Assim, Esta pesquisa vale-se do caráter descritivo que, de acordo com Vergara (1998), não tem compromisso de

explicar os fenômenos que descreve, mas serve como base para tal explicação.

Realizou-se estudo com visando compreender e analisar a experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI), na sua estratégia de comercialização agroecológica através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para a análise dos foram utilizados dados de conteúdo da Cooperativa, uma vez que as informações prestadas pela COOPAPI originaram da sua equipe gestora. A partir das entrevistas discorreu-se acerca de dados históricos sobre o desenvolvimento da comercialização via PNAE, suas repercussões e os principais entraves apresentados na experiência da COOPAPI.

Resultados e Discussão

O acesso ao PNAE: o caso da COOPAPI

Com a aprovação da Lei nº 11.947, na qual no seu artigo 14, determina que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE, no mínimo 30% devem ser adquiridos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Neste contexto, a COOPAPI que participou das discussões desta lei iniciou o processo de divulgação e estímulo a sua implantação. Estas atividades congregam reuniões e palestras com os gestores municipais e diretores das escolas, no qual obteve o apoio das Diretorias Regionais de Administração Escolar (DRAE) no sentido de explanação desta regulamentação e procedimentos operacionais para preparação da documentação legal. A lei dispensa o processo licitatório, todavia, exige documentos a serem providenciados desde a publicação das chamadas públicas até o fechamento dos contratos de venda. Para comprovação de que os gêneros alimentícios ofertados têm origem da agricultura familiar é necessária apresentação dos documentos dos agricultores e da Cooperativa [Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPs), sendo Física e/ou Jurídica, certidões negativas de débitos, documentação dos representantes e lista com CPFs dos fornecedores].

Por outro lado, a COOPAPI vem realizando um trabalho de articulação junto aos agricultores familiares cooperados ou não, que utilizam as práticas agrícolas dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental. Desta forma, busca garantir a venda direta dos produtos da agricultura familiar, agregando valor e incremento da renda e propiciando melhoria na qualidade da alimentação escolar. A inserção da COOPAPI no PNAE alcança o seguinte quantitativo de produtores por comunidades.

Quadro 1 - Produtos comercializados no PNAE por comunidade, 2010/2011

Comunidade	Produto	Produtores
Córrego	Amêndoas de castanha, queijo de coalho, ovos, doces, polpa de frutas, carnes.	16
Urbano	Alface e coentro	5
Retiro	Melancias, creme, manteiga e ovos	5
Lagoa Amarela	Melancia	5
Carpina	Polpa de frutas e banana prata	5
Sororoca	Melancia, mamão e jerimum	3
Queimadas	Pimentão, cebolinha e macaxeira	2
Baixa Fechada	Banana	3

Fonte: Banco de Dados COOPAPI, 2011.

De agosto a dezembro de 2010 a COOPAPI manteve contato com 3 DRAEs no estado – Mossoró, Pau dos Ferros e Natal – realizando entregas das propostas de venda para 30 produtos como os da cajucultura (amêndoas de castanha de caju, farinha, fubá, doces), mel de abelha em sachê, frutas e polpa de frutas, carnes, verduras, feijão, arroz, doce de leite, queijo, entre outros.

Tabela 1 - Valores de comercializados por municípios 2011

Município	Entidades	Valor do pedido (R\$)
Apodi	13	13.372,53
Felipe Guerra	1	1.058,00
Mossoró	7	31.003,59
Tabuleiro Grande	2	504,58
TOTAL	23	45.938,70

Fonte: Banco de Dados COOPAPI, 2011.

De acordo com a tabela 1 entre 2010 e 2011 a COOPAPI já comercializou, via PNAE, R\$: 33.063,39 (ano de 2010) e R\$ 45.938,70 (ano de 2011) em 8 comunidades com 43 agricultores (as) organizados em grupos, associações e a própria cooperativa. Desta forma, contribuindo para geração de renda na agricultura familiar a partir da organização coletiva, via cooperativa, bem como impulsionando o desenvolvimento das comunidades rurais, e impactando numa melhoria da alimentação escolar com produtos de gênero alimentício orgânicos.

Todavia, o processo de comercialização pelo PNAE ainda apresenta algumas dificuldades, não só para COOPAPI, como pode se estender para outros agricultores familiares que acessam tal política:

- **Irregularidade da produção:** Há dificuldade nas habilidades gerenciais por parte dos agricultores para planejar a produção individual e coletiva a fim de atender a demanda contínua dos produtos que as escolas necessitam;
- **Oscilação e defasagem de preços:** As escolas utilizam como referência o preço da CONAB, que compra em grande quantidade e sem exigências de embalagens individualizadas. Além de que, por utilizar como o preço da CONAB não diferencia claramente o produto convencional do orgânico, mesmo que oriundo da agricultura familiar. A partir destes fatos fica claro que esta prática de preços acarreta na

- utilização de valores no PNAE não condizentes a realidade da produção;
- **Deslocamento:** a elevada distância entre os produtores e as escolas, combinada a entrega mensal ou quinzenal para entrega dos produtos, além de toda logística de ida para as escolas para verificar os editais públicos lançados, entrega do produto e recebimento do pagamento, acarretam num elevado custo de deslocamento;
 - **Irregularidade dos pedidos:** Não uniformidade nos cardápios nos municípios, assim, cada escola trabalha com cardápio diferente e sem calendário planejado para as aquisições no horizonte temporal, também dificultando um possível planejamento por parte dos sócios da cooperativa;
 - **Inexistência de infra-estrutura de agroindústrias familiares:** há necessidade da dinamização econômica da agricultura familiar a partir da disponibilização de infraestrutura de agregação de valor da produção agrícola e a melhoria da distribuição de renda junto aos sócios, bem como a possibilidade de garantia de adequação as exigências sanitárias para produção. Alguns dos produtos beneficiados como polpa e mel, ainda não atendem aos requisitos de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores, como o Sistema de Inspeção Federal (SIF).

Apesar dos gargalos para efetivação plena da ação pública, o PNAE trata-se de instrumento (através da compra pública mínima) na promoção do desenvolvimento, não só ambientalmente sustentável como também mais equitativo, por meio do estímulo à agricultura familiar, além da garantia da segurança alimentar na merenda escolar ao adquirir produtos da agricultura familiar oriundos da produção agroecológica.

Este ação não deve ser o único meio para estimular o desenvolvimento da produção familiar, em especial a agroecológica, pois, são necessários avanços com foco na integração das políticas públicas a fim de fortalecer a produção agroecológica familiar, seja no processo de produção como na comercialização e neste caminho também priorizar o acesso a assistência técnica e extensão rural.

Referências

BRANDENBURG A.; FERREIRA, A. D. D. **Agricultura e políticas socioambientais rurais.** In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre, RS: Sulina, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar., 2000.

_____, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. v. 1. 24 p.

FNDE. **Lei nº 11.947.** Brasília: FNDE, 2010.

KUSTER, Ângela; MARTI; Jaime Ferre. **Políticas Públicas para o semiárido:** experiências e conquistas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.